



DE ONDE VEM A NOSSA MERENDA? UMA ANÁLISE SOBRE O FORNECIMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE FORTALEZA

Lidiane Maria Bezerra de Oliveira Albuquerque ¹

RESUMO

Este resumo refere-se a uma pesquisa em andamento que estuda o como o fornecimento da alimentação escolar na Rede Municipal de Fortaleza impacta a vida dos estudantes. Será realizada uma pesquisa sobre o fornecimento da alimentação escolar envolvendo produção, aquisição, logística e distribuição. Também iremos considerar a percepção dos estudantes, os aspectos econômicos, políticos e sociais. Esses aspectos serão abordados com base na legislação vigente e no referencial teórico. Para a análise dos estudantes, será realizado um estudo de caso com um grupo de alunos da Escola Municipal Quintino Cunha. A metodologia adotada baseia-se na pesquisa qualitativa, com a utilização de entrevistas semiestruturadas, análise da legislação e dos referenciais teóricos e visitas aos órgãos responsáveis na Secretaria Municipal de Educação.

Palavras-chave: Alimentação Escolar. Circuitos Curtos de Produção. Políticas Públicas.

RESUMEN

Este resumen se refiere a un estudio en curso que examina el impacto de la alimentación escolar en el Sistema Escolar Municipal de Fortaleza en la vida de los estudiantes. Se realizará un estudio sobre la alimentación escolar, abarcando la producción, la adquisición, la logística y la distribución. También se considerarán las percepciones de los estudiantes y los aspectos económicos, políticos y sociales. Estos aspectos se abordarán con base en la legislación vigente y los marcos teóricos. Para analizar a los estudiantes, se realizará un estudio de caso con un grupo de estudiantes de la Escuela Municipal Quintino Cunha. La metodología adoptada se basa en la investigación cualitativa, mediante entrevistas semiestruturadas, análisis de la legislación y los marcos teóricos, y visitas a las agencias pertinentes de la Secretaría Municipal de Educación.

Palabras clave: Alimentación escolar. Circuitos Cortos de Producción. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Este artigo provém de uma pesquisa de mestrado em fase inicial realizada por meio do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Propgeo) da Universidade Estadual do Ceará e do Programa Observatório da Educação, convênio firmado entre a universidade e a Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza. Devido a pesquisa se encontrar em andamento, os

¹ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, lidiane.albuquerque@aluno.uece.br;



objetivos, a metodologia e o referencial teórico ainda poderão ser alterados. Os resultados apresentados serão iniciais e parciais.

A alimentação escolar é um direito garantido pela Lei 11.947/2009, a lei do PNAE que tem importância significativa na luta pela segurança alimentar e nutricional de crianças e adolescentes. O artigo 6º da Constituição Federal prevê a alimentação e a educação como direitos fundamentais, portanto o poder público deve assegurar esse direito. O PNAE atende milhares de estudantes em todo o país. O Governo Federal repassa a estados, municípios e escolas federais os valores correspondentes aos 200 dias letivos, de acordo com a quantidade de alunos matriculados em cada rede de ensino.

Nos últimos anos, temos acompanhado algumas mudanças no PNAE, entre elas, a criação e implantação dos Conselhos de Alimentação Escolar – CAE (1996-2000). Em 2009, PNAE passou a atender todos os alunos da educação básica pública, incluindo Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) e tornou-se obrigatório destinar no mínimo 30% dos recursos do PNAE para a compra de alimentos diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, fortalecendo a economia local e a produção sustentável.

A Resolução FNDE nº 26 de 2013 estabeleceu as diretrizes para garantir alimentação saudável, adequada e sustentável considerando hábitos alimentares regionais e restrições nutricionais. Recentemente, a Resolução nº 03 de 2025 reduz a aquisição de alimentos processados e ultraprocessados com recursos do PNAE, que passa a ser 15% do uso do orçamento do programa em 2025 e 10% a partir de 2026. Acredita-se que são encontrados diversos desafios para implementação e cumprimento desses critérios e este estudo se propõe a verificar esses aspectos, especificamente na Rede Municipal de Fortaleza.

Os gêneros alimentícios necessários para compor os cardápios escolares são adquiridos por meio de Licitações (Pregões Eletrônicos) ou Chamadas Públicas, para os itens provenientes da Agricultura Familiar. A COEPRO (Coordenadoria de Equipamentos e Provimentos) é responsável pela gestão administrativa, técnica e operacional da alimentação escolar de Fortaleza. Nesse sentido, se faz necessário saber se existe uma lista de itens que precisam ser adquiridos para a merenda escolar, se as licitações são realizadas com base em um cardápio anual, assim como a base nutricional para a aquisição de alimentos.

No âmbito da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza, onde um número significativo de alunos depende diariamente dessa alimentação, torna-se premente indagar: qual é a origem dos



alimentos servidos nas escolas? Quais são os agentes e instituições envolvidos em sua produção, aquisição e distribuição? Como se dá o controle de qualidade e a fiscalização desse processo? E de que modo essas práticas influenciam a eficiência do programa de alimentação escolar no município?

O estudo tem como objetivo geral, analisar o processo de fornecimento da alimentação escolar na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza, identificando os agentes envolvidos, as etapas logísticas, os critérios de aquisição e os mecanismos de controle e fiscalização, com o intuito de avaliar a eficácia e a transparência dessa política pública. E, como objetivos específicos: investigar a origem dos alimentos utilizados na merenda escolar, considerando aspectos como a produção local, agricultura familiar e fornecedores contratados e as etapas do processo logístico de aquisição, armazenamento, distribuição e preparo dos alimentos nas unidades escolares; identificar os atores institucionais responsáveis pela gestão da alimentação escolar no município e os critérios adotados para a seleção de fornecedores, assim como os mecanismos de controle de qualidade, fiscalização e participação social presentes na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no contexto municipal; avaliar a percepção dos estudantes quanto à qualidade e regularidade da merenda oferecida.

METODOLOGIA

A pesquisa será de natureza básica do tipo descritivo-exploratória com o objetivo de compreender como acontece o fornecimento da alimentação escolar na Rede Municipal de Fortaleza, através de uma abordagem qualitativa que considera a reflexão e a compreensão do estudo em análise.

Com base nos princípios teóricos de Minayo (2007), a pesquisa qualitativa ocorre em três fases: exploratória, trabalho de campo e análise e tratamento do material documental e empírico.

A fase exploratória será realizada por meio de uma análise bibliográfica acerca da temática, assim como as legislações que orientam a alimentação escolar e o processo de aquisição dos alimentos. Posteriormente, será agendada uma visita à Secretaria Municipal de Educação, para conhecer a Célula de Educação Alimentar, que realiza o trabalho direcionado à alimentação escolar. Espera-se obter as informações necessários para realizar o levantamento sobre o processo logístico de aquisição, armazenamento, distribuição e preparo dos alimentos nas unidades escolares.



No trabalho de campo, será realizado um estudo de caso em que utilizar-se-á entrevistas semiestruturadas como técnica de coleta de dados, pois essa maneira permite uma exploração ampla sobre os questionamentos em investigação.

A amostra a ser pesquisada será composta pelos estudantes das turmas do 4º ano e 5º ano do ensino fundamental matriculados no turno da tarde na Escola Municipal Quintino Cunha, localizada no bairro Quintino Cunha, Fortaleza, Ceará.

A fase de análise e tratamento do material bibliográfico e empírico terá como objetivo a compreensão e interpretação dos dados empíricos e sua articulação com fundamentação teórica. Acredita-se que será necessário criar categorias relacionadas à faixa etária dos estudantes e às observações realizadas acerca do seu entendimento sobre as perguntas realizadas.

Assim, pode-se consentir com o pensamento de Gil (2002), que “[...]a categorização consiste na organização dos dados de forma que o pesquisador consiga tomar decisões e tirar conclusões a partir deles (p.134).

É imprescindível destacar que esse projeto pretende conhecer a opinião, os conhecimentos prévios, os anseios e as dificuldades dos estudantes relacionadas à alimentação escolar e analisar como ela impacta suas vidas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para alcançar esses objetivos, a presente proposta de pesquisa se apoia no campo teórico da Geografia Crítica em diálogo com a política e com as legislações. Segundo Milani (2021) é preciso relacionar a produção do conhecimento e as relações políticas, pois elas são características do processo de constituição do pensamento geográfico e de seu processo de validação da nossa ciência: “Fazer ciência é também fazer política, pois a Geografia, como todas as outras formas de aliança entre saber e poder, é um suporte epistemológico de múltiplos interesses, resultante de poderes próprios de sujeitos, rearranjados no tempo e no espaço.” (MILANI, 2021, p. 135).



O estabelecimento do PNAE pode ser considerado uma grande iniciativa no campo das políticas públicas para contribuir com o enfrentamento à fome dos escolares e evitar a sua evasão. Por isso, pretende-se perpassar por marcos que corroboraram para o que temos acesso atualmente.

A alimentação escolar, enquanto política pública, não se restringe à oferta de refeições aos estudantes da rede pública de ensino, mobiliza e articula diferentes agentes, territórios, saberes e escalas de produção. No contexto brasileiro, essa política é atravessada por circuitos espaciais de produção que revelam não apenas as dinâmicas da economia urbana e rural, mas também os processos de exclusão e integração territorial. Para compreender essa complexidade, Santos (1979) conceitua os dois circuitos da economia — o superior e o inferior — como formas complementares, porém desiguais, de funcionamento da economia urbana nos países menos desenvolvidos.

Essa perspectiva é útil para entender como a alimentação escolar se vincula simultaneamente a empresas do agronegócio e a agricultores familiares, revelando uma coexistência de sistemas produtivos com diferentes níveis de capitalização, técnica e inserção no mercado. A presença da agricultura familiar no fornecimento de alimentos para as escolas, incentivada por políticas como o PNAE pode ser lida como uma tentativa de valorização do circuito inferior, integrando-o ao espaço formal da política pública e, por consequência, ao circuito superior.

A alimentação é essencial para os seres humanos e se configura como uma necessidade biológica do corpo, porém a alimentação envolve também os aspectos social, cultural, político, econômico. Percebermos a alimentação como produto do modo de produção socioeconômico contemporâneo que tem a finalidade de obter lucros.

A alimentação escolar é um direito garantido pela Lei 11.947/2009, a lei do PNAE (Plano Nacional de Alimentação Escolar), que tem importância significativa na luta pela segurança alimentar e nutricional de crianças e adolescentes. A partir da década de 1990, observou-se algumas mudanças no PNAE, entre elas, a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica, o estabelecimento de critérios para uma oferta de alimentação saudável, a obrigatoriedade de compras diretas da agricultura familiar, a criação dos conselhos de alimentação escolar.

O objetivo da alimentação escolar é proporcionar o consumo de nutrientes em qualidade e quantidade-, garantir melhor aprendizagem, reduzir a evasão escolar, mas também apresenta uma dimensão simbólica de acordo com Ceccim (1995):



Há uma dimensão simbólica: a alimentação escolar é um espaço coletivo de prazer, nutrição e aproximação, de construção cultural e convivencial. Há uma dimensão vivencial: a merenda coletiva revela traços de expressão e fragmentos de conteúdo das relações e convivência, elementos de enunciação da alteridade, expansão de simpatias, reinvenção do coletivo, que pode e deve ser trabalhado como função pedagógica (Ceccim, 1995, p.66).

Contudo, concebemos como finalidade da alimentação escolar, sua função social que pode colaborar para que os estudantes sejam informados sobre os seus direitos, a origem dos recursos, os produtores locais e assim colaborar com a monitorização do PNAE.

De acordo com a Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, o Programa Nacional de Alimentação Escolar garante que no mínimo 30% dos recursos sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. O Programa prioriza os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas quanto à aquisição de gêneros da agricultura familiar.

Esse estudo apresenta relevância ao analisar o processo histórico da consolidação dos produtores da agricultura familiar da cidade de Fortaleza para o abastecimento das escolas, assim como os desafios e as oportunidades encontradas por eles. A agricultura familiar é uma forma de produção agrícola em que a mão de obra é gerida por um grupo familiar e é importante para a preservação da tradição cultural, para o desenvolvimento de práticas sustentáveis, para a geração de emprego e renda e para estimular as políticas públicas. Contrapondo-se à agricultura familiar, vemos a crescente ocupação do agronegócio no Ceará, que tem modificado os processos de produção de alguns alimentos. De acordo com Elias, 2024:

Por outro lado, é evidente o crescimento da agroindústria alimentar como parte do desenvolvimento do agronegócio do Ceará, com destaque não apenas para a economia industrial, mas também para a agrícola, uma vez que alguns segmentos da agropecuária se encontram hoje monopolizados pelo capital agroindustrial, como ocorre por exemplo com a pecuária leiteira e com as produções de coco e de castanha de caju (ELIAS, 2024, p.16).

Além dos avanços do agronegócio, os pequenos produtores são impactados também pela urbanização e desapropriação de terras com foco na especulação imobiliária, transformando o solo em mercadoria, deixando com um valor muito alto, inacessível para os que possuem poucos recursos.



A recente Lei nº 14.935 de 26 de julho de 2024 institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana que tem com um dos seus objetivos ampliar a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas vulneráveis. A segurança alimentar e nutricional (SAN) consiste no direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024) 21,6 milhões de domicílios brasileiros encontravam-se em situação de insegurança alimentar no ano de 2023. As regiões Norte (60,3%) e Nordeste (61,2%) tinham as menores proporções de domicílios em segurança alimentar. Esses dados nos levam a questionamentos sobre a distribuição de renda, terras e riquezas no nosso país e nos remete a reflexões realizadas por Josué de Castro em Geografia da fome (1984), ao afirmar que o fenômeno da fome é tão marcante e silenciado devido aos fatores de ordem econômica relacionada ao comércio internacional, preocupado com a produção, distribuição e consumo de alimentos com interesse no fator econômico.

Menezes (2019) investigou os impactos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar camponesa. Em pesquisa realizada no município de Itapicuru/BA, constatou-se que a participação dos agricultores familiares no fornecimento de alimentos para o PNAE correspondeu a 30% do orçamento municipal em 2019. Essa inserção no mercado institucional contribuiu para a revitalização da agricultura familiar, aumentou a renda dos produtores e garantiu a comercialização de sua produção. Suas contribuições evidenciam que a alimentação escolar é uma política pública multifacetada, que promove não apenas a segurança alimentar e nutricional dos estudantes, mas também o desenvolvimento social, cultural e econômico das comunidades envolvidas.

Uma outra indagação desta pesquisa é: como a alimentação escolar contribui para a garantia da segurança alimentar para os estudantes? Não é fato desconhecido, que para alguns estudantes, a alimentação que consomem na escola é considerada a refeição mais completa que fazem durante o dia. A lei que rege o PNAE demonstrou muitos avanços, mas ainda há a necessidade de adequações no financiamento e na execução do programa, principalmente na promoção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e justos.

A maioria de nós pouco conhece sobre o sistema de produção dos alimentos atualmente, o que dificulta a compreensão sobre os desafios encontrados para a produção, comercialização, consumos, segurança alimentar e nutricional que envolve os alimentos. Elegemos como



questionamentos iniciais: os estudantes da Rede Municipal de Fortaleza têm conhecimento sobre o percurso que o alimento faz para se transformar em “comida” e ser ofertado na escola? Como acontece a produção e em que relações de trabalho eles foram produzidos?

Por serem os estudantes, as pessoas que recebem e consomem os alimentos na escola, acredita-se na importância de que seja oportunizado para eles, um espaço de fala, de expressão de opinião sobre o que é consumido, além, também da necessidade de conhecer a origem e os impactos desses alimentos em suas vidas. Esta pesquisa buscará proporcionar esse espaço de escuta e de participação.

É possível perceber o esforço contínuo dos educadores para que a escola não seja somente um espaço de aprendizagem de conteúdos, mas também um espaço que possibilite a transformação social. Freire (1996) propõe a autonomia baseada na ação-reflexão-ação sobre o mundo para transformá-lo, considerando as vivências do cotidiano escolar e valorizando os saberes dos alunos e suas trajetórias de vida. A prática deve estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, práticas em que os alunos se sintam participantes do processo educativo de forma ativa e crítica.

Como mencionado anteriormente, ao estudar a alimentação escolar, se faz necessário mencionar os modos de produção dos alimentos, pois eles são fornecidos através de cadeias de abastecimento que podem ser influenciadas por interesses econômicos e políticos. Os programas de alimentação escolar podem ser vistos como mecanismos de luta, em que indivíduos e comunidades reivindicam direitos à alimentação adequada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através do levantamento bibliográfico, encontramos material referente à temática da alimentação nas legislações que regem o Plano Nacional de Alimentação Escolar, mas ainda não foram localizados estudos que realizem uma abordagem geográfica sobre a alimentação escolar e o fornecimento de gêneros alimentícios na Rede Municipal de Fortaleza.

No ano de 2024 foi lançado pelo governo federal o Plano de Aquisição de Alimentos, que realiza a compra direta de alimentos de agricultores familiares e distribui os alimentos para equipamentos, o que pode facilitar o processo de adesão dos agricultores ao programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação é essencial para os seres humanos e se configura como uma necessidade biológica do corpo, porém envolve também os aspectos social, cultural, político, econômico.



Consideramos necessário mencionar os modos de produção dos alimentos, pois podem ser influenciadas por interesses econômicos e políticos. Os programas de alimentação escolar podem ser vistos como mecanismos de luta, em que indivíduos e comunidades reivindicam direitos à alimentação adequada.

Este estudo possibilitará além de uma discussão sobre o fornecimento da alimentação escolar na Rede Municipal de Fortaleza, uma reflexão através do olhar dos estudantes sobre a alimentação ofertada na escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955.** Institui a Campanha de Merenda Escolar. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 6051, 2 abr. 1955. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 2 jul.2025.

BRASIL. **Decreto nº 56.886, de 20 de setembro de 1965.** Modifica a denominação da Campanha Nacional de Merenda Escolar para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), do Departamento Nacional de Educação, órgão do Ministério da Educação e Cultura. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 9770, 23 set. 1965. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56886-20-setembro-1965-397151-norma-pe.html#:~:text=ELEMENTA%3A%20Modifica%20denomina%C3%A7%C3%A3o%20de%20Institui%C3%A7%C3%A3o%20do%20Departamento%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o.&text=Vide%20Norma\(s\)%3A,Executivo\)%20%2D%20\(Revoga%C3%A7%C3%A3o\)](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56886-20-setembro-1965-397151-norma-pe.html#:~:text=ELEMENTA%3A%20Modifica%20denomina%C3%A7%C3%A3o%20de%20Institui%C3%A7%C3%A3o%20do%20Departamento%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o.&text=Vide%20Norma(s)%3A,Executivo)%20%2D%20(Revoga%C3%A7%C3%A3o).). Acesso em: 2 jul.2025.

BRASIL. **Lei nº 5.829, de 30 de novembro de 1972.** Cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 10.721, 1 dez. 1972. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/15829.htm. Acesso em 2 jul.2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 jul.2025.

BRASIL. **Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994.** Dispõe sobre a descentralização da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 13 jul. 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18913.htm. Acesso em: 3 jul.2025.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em: 3 jul.2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).** Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 12 maio 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-no-6-de-08-de-maio-de-2020/view>. Acesso em 4 jul.2025.



BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Resolução CD/FNDE nº 3, de 4 de fevereiro de 2025**, que altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 1, p.--, 7 fev. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2025/resolucao-cd_fnde-no-3-de-4-de-fevereiro-de-2025-resolucao-cd_fnde-no-3-de-4-de-fevereiro-de-2025-dou-imprensa-nacional.pdf/view#:~:text=Altera%20a%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CD%2FFNDE,Programa%20Nacional%20deAlimenta%C3%A7%C3%A3o%20Escolar%20%2D%20PNAE. Acesso em: 26 jul. 2025.

BRAUDEL, Fernand. **O pão de cada dia**. In: BRAUDEL, Fernand. *As estruturas do Cotidiano: civilização material, economia e capitalismo nos séculos XV - XVII*. V. 1. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 89-160.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Antologia da Alimentação no Brasil**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. V. 2. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / EDUSP, 1983.

CASTRO, Josué de. **A alimentação brasileira à luz da geografia humana**. Rio de Janeiro: Globo, 1937.

_____, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço** Josué de Castro. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. 10ª edição.

CASTRO, J. de; BARBOSA, J.J.; SANTOS, W. **Relatório do Brasil à Terceira Conferência Latinoamericana de Nutrição** - Caracas, 1953. Arq. Bras. Nutr., 10(1):9-43, 1954

CECCIM, Ricardo Burg. **A merenda escolar na virada do século** - agenciamento pedagógico da cidadania. In: ABREU, Mariza (Org.). *Em aberto: merenda escolar*. Brasília: MEC/INEP, n.º 67, ano XV, jul./set., 1995, (p.63-72).

COSTA, Dante. **Bases da alimentação racional: orientação para o brasileiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

EGAN, M.C. **Public health nutrition: a historical perspective**. J. Am. Diet. Assoc. 94(4): 298-304, 1994.

ELIAS, Denise. **Estudos sobre Agronegócio e Urbanização** (recurso eletrônico): a Região Metropolitana de Fortaleza (CE) / Denise Elias, Renato Pequeno, Felipe Rodrigues Leitão. -1. ed.- Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024.

FAO. **Food and Agriculture Organization**. *The sixth food survey*, 1996.

GOMES, Iara Rafaela. **A agricultura familiar na Região Metropolitana de Fortaleza** (RMF), Ceará. SOCIEDADE & NATUREZA (UFU. ONLINE), v. 36, p. 1-17, 2024.

MARTINS, G. de A. *Estudo de caso*. São Paulo: Atlas, 2008.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça et al. **Geografia dos alimentos: territorialidades, identidades e valorização dos saberes e fazeres**. 1. ed.- Aracaju, SE: Criação Editora, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

PELIANO, Anna M. Medeiros, COIMBRA, Marcos. **A descentralização da merenda escolar: o modelo funcionou no Rio. Funcionará em outros estados?** In: COIMBRA, Marcos, CASTRO, Cláudio de Moura. *O problema alimentar no Brasil*. São Paulo/Campinas: Almed/Editora UNICAMP, 1985.



- RICHARDSON, J. **A pesquisa qualitativa crítica e válida**. In: RICHARDSON, R. J. e t al. (Org) **Pesquisa Social**. 3ª ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Atlas, 2012, p. 90–103.
- ROSEN, George. **Uma história da saúde pública**. Tradução: Marcos Fernando da Silva Moreira e José Ruben de Alcântara Bonfim. Editora Unesp, 1994. Rio de Janeiro.
- SANTOS, Milton. **A alimentação das populações urbanas de países subdesenvolvidos**. Boletim Campineiro de Geografia, v. 11, n. 2, p. 333-357, 2021.
- VENTURA, Magda Maria. **O estudo de caso como modalidade de pesquisa**. Revista SOCERJ, Rio de Janeiro, v.20, n.5, p.383-386, setembro/outubro 2007.